

Um Olhar Sociológico Sobre a Modernização do Serviço Social

Helena Mouro

MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Pensar reflexivamente o serviço social no contexto da sociedade contemporânea implica, do ponto de vista sociológico, desconstruir o seu passado, contextualizar o seu presente e projetar o seu futuro. Se partirmos da premissa de que não existe presente sem passado e passado sem futuro, estamos a confirmar que, tendo o serviço social um trajeto de vida centenário, volvidos todos estes anos, mantém-se socialmente inscrito no presente como uma profissão social com tradição e competências firmadas no campo da intervenção social. Contudo, o facto de ter perdurado no tempo e no espaço como profissão social não implicou que o seu agir profissional não se tivesse modificado, quer por efeito das suas qualidades sinérgicas, quer por ser não renunciar à sua morfologia profissional. À luz de uma metodologia de análise reflexiva, as alterações que se foram processando no universo do serviço social podem ser interpretadas como elementos identificativos de um processo contínuo de modernização.

Assim, para Lash (2000), modernização significa ‘desconstruir o universal a partir do ponto de vista do particular’. Por sua vez, Anthony Giddens defende que a modernização tanto pode ser desenvolvida de forma simples como reflexiva. Por ‘simples’, o autor entende a descontextualização das formas tradicionais e a recontextualização nas formas

industriais. E, para Giddens, uma forma 'reflexiva' significa descontextualizar as formas industriais para as recontextualizar noutra tipo de modernidade. Em comum, ambas as forma, simples e reflexiva, partilham, assim, de um mesmo denominador, a descontextualização seguida de recontextualização.-

Neste sentido, analisar a modernização do serviço social por via reflexiva, permite, por um lado, compreender o facto do Diagnóstico Social, sistematizado por Mary Richmond, em 1917, continuando, ainda no século XXI, a representar o universo simbólico do exercício profissional dos assistentes sociais; e, por outro, conduz à conceptualização do serviço social como um sistema particular de desenvolvimento e recriação. Assim definida, esta configuração implica desconstruir a perspectiva historicizante para, utilizando a história problematizante, identificar o seu processo de recriação, para proceder à construção da história total (Santos 2009) da relegitimação do serviço social na sociedade contemporânea, enquanto profissão com competências ao nível destas realidades:

- Intervenção social e comunitária.
- Execução de políticas de regulação das desigualdades sociais.
- Direção técnica de instituições sociais.

Com a construção da sua história total, pretende-se confirmar a tese de que a modernização do serviço social não é uma hipótese não comprovada. Mas desconstruí-la implica ter de compreender a durabilidade da sua inscrição na sociedade como profissão social, bem como a reinvenção da sua relação com as Ciências Sociais e Humanas. Portanto, este objetivo não pode consistir numa mera descrição e ordenação factual de transformações como acontecimentos, mas sim (e sem isolar patamares da sua realidade de vida profissional) construir uma visão explicativa da transformação continuada do construto profissional do serviço social. Daí que, se utilizarmos uma abordagem simbólica, a modernização do serviço social pode ser associada a um exercício de compatibilização do seu arquétipo cultural com as novas construções culturais da intervenção social desenvolvidas a partir da sociedade industrial. Mas se analisada segundo uma abordagem ontológica, pode ser perspectivada como um exercício continuado de recontextualização profissional, face aos problemas de ordem que, na sociedade de risco, se mitigaram sob a forma de desintegração e de exclusão (Mouro 2009).

Desta forma, abordado sob o ponto de vista simbólico ou ontológico, um olhar sociológico sobre a modernização do serviço social conduz-

-nos inevitavelmente a dois eixos de análise: o eixo do desenvolvimento e o eixo da recriação. Ambos comungam do mesmo substrato, isto é:

- O presente assimétrico do serviço social na sociedade global, em termos de produção de conhecimento, de utilização de novas metodologias de intervenção social, e de ativação da participação como meio de promover a cidadania ativa.
- A vontade da profissão em preservar a sua individualidade, sustentando-se, para o efeito, numa gestão concertada das pressões externas que interferem no seu significado profissional.
- O compromisso com a mudança que se, por um lado, gera algumas inquietações no que respeita à sua relação com as Ciências Sociais e Humanas, por outro, faz transparecer algumas das variações sintomáticas que envolvem não só a interação por si criada e desenvolvida com as novas profissões sociais, mas também o enquadramento do seu exercício profissional, face à dinâmica de reinvenção do domínio das diversas profissionalidades.

DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

Devemos partir de um conceito de desenvolvimento que não se fundamenta numa lógica de adaptação, mas sim de acompanhamento da mudança e que cruza transformação com a dinâmica promovida pelos seus atores. Assim, no caso do serviço social, o seu desenvolvimento traduz-se num processo de reinvenção de práticas profissionais, face à interferência exercida no quotidiano de vida profissional por determinantes de ordem endógena e exógena.

Determinantes de Ordem Endógena

Quando nos referimos a esta realidade, estamos a dar expressão a uma dinâmica interna ao serviço social que resulta da necessidade, enquanto profissão, de proceder a uma contínua recontextualização do seu 'modo de fazer' profissional, face às mudanças operadas ao nível da conceção política, económica e cultural, tanto na área da intervenção social, como da proteção social. Por sua vez, as alterações estabelecidas no campo do fazer profissional refletem a forma encontrada para dar cumprimento ao 'desígnio profissional' herdado do passado que se singularizou pelo vitalismo atribuído ao controlo da pobreza, através do exercício da assistência.

No entanto, a crescente importância política, no tempo e no espaço, que passou a ser atribuída aos mecanismos de regulação das desigualdades e de desfiliação social afirmou as competências dos profissionais do serviço social em matéria de intervenção, ao nível dos seguintes aspectos:

- Realidades microlocalizadas de desfiliação social.
- Serialização das situações sociais de emergência.
- Regulação em escala das desigualdades económicas e da exclusão social.

Isto levou a que o serviço social tivesse assegurado a sua posição imprescindível, em termos políticos e sociais, enquanto profissão de intervenção pela ajuda. Não podemos, contudo, considerar que, na evolução da sociedade industrial, o fazer profissional do serviço social estava diretamente interligado à forma de pensar o seu exercício profissional. O facto de o seu quotidiano profissional se encontrar essencialmente associado a um exercício de ajuda identificado com a assistência social – e como o exercício da assistência passou sociologicamente a ser entendido como um contraciclo do processo de intervenção social para a mudança – o serviço social confrontou-se, internamente, com a necessidade de repensar não a sua génese, mas sim a tradição do seu agir. Neste sentido, precisava de se desvincular de um passado que criava limites ao seu desenvolvimento. Daí se compreende que, à sua função de controlo dos problemas sociais, se tenha reunido a função reguladora dos mesmos. Deste modo, o serviço social foi produzindo uma dinâmica de reconstrução das estratégias de relegitimação profissional, de forma a poder se adaptar tanto ao exercício do agir no processo de mudança social, como às transformações políticas produzidas nas práticas de intervenção sobre o social. Contudo, ao acrescentar à sua função de controlo dos problemas sociais uma função reguladora dos mesmos e, posteriormente, uma função executora das políticas sociais ou de gestão da não existência de políticas sociais, o serviço social não se valorizou perante as Ciências Sociais e Humanas. Como consequência da falta de investimentos no campo da produção de conhecimento, o serviço social criou com as ciências sociais e humanas uma relação difusa na utilização do conhecimento produzido por estas mesmas ciências (Aristu 2004).

No que diz respeito à relação construída com as novas profissões sociais que foram emergindo como resposta à necessidade de crescimento

e de reinvenção do papel das ciências sociais e humanas, na sua ligação com a realidade social, o serviço social estabeleceu com o campo das ciências sociais e humanas uma relação ambígua; ambígua pelo facto de, apesar de ter de disputar com as novas profissões sociais o poder profissional que lhe era reconhecido em matéria de intervenção social, não criou com aquelas outras áreas de conhecimento social processos de hostilização ou de ostracismo. Internamente, porém, a ambiguidade estabelecida com as novas profissões e com as novas estratégias de crescimento das ciências sociais e humanas contribuiu não só para uma diluição das competências do serviço social, mas também para que se tornasse mais complexa a sua relação com a sua própria identidade epistemológica. Como meio de sublimar a situação de autoconfronto com a sua identidade e a insegurança produzida pelo mesmo, o serviço social investiu num distanciamento não conseguido com o paradigma assistencial, sem que, ao mesmo tempo, tivesse, porém, conseguido confirmar-se como profissão com um espaço privilegiado no campo da intervenção providencial ou emancipatória (Howe 2009).

Esta realidade, resultante do facto de, no contexto da sociedade industrial, o serviço social não ter sentido necessidade de expressar o 'seu modo de ver' os problemas sociais e de investir no 'seu modo de conhecer' a realidade social, levou a que as profissões sociais se tivessem empenhado em desenvolver uma crítica oculta à especificidade do serviço social, sem que deixassem de reconhecer a sua verdade histórica em matéria assistencial. Pode-se, assim, dizer que a identidade histórica do serviço social continuou a ser enfatizada e respeitada, o mesmo não acontecendo, no entanto, com a interpretação dessa mesma identidade, uma vez que as suas potencialidades não foram reconhecidas. Desta forma, criou-se uma relação assimétrica entre Profissões Sociais, ciências sociais e serviço social, embora não descontínua. Se esta relação assimétrica decorreu da indeterminação das fronteiras no conhecimento social, resultou também da afirmação de uma cultura de competitividade entre as profissões sociais e de uma reconstrução identitária das suas profissionalidades. A não descontinuidade, embora tenha como cenário a competitividade por meio da pretensão de expropriação das práticas de intervenção social por parte das novas profissões sociais relativamente ao serviço social, manteve-se perante o efeito 'boomerang' que os limites que estavam a ser criados ao serviço social gerou sobre o próprio serviço social, fazendo com que este reconhecesse a necessidade de:

- Reforçar os seus vínculos com o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais e Humanas.
- Revalorizar as suas potencialidades, no que diz respeito ao exercício da intervenção para a mudança sustentada.

A nova realidade vivenciada pelo serviço social, no contexto da transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, pode ser contextualizada em duas fases:

- Numa primeira fase, o serviço social circunstanciou-se ao campo da relegitimação como profissão, com competências confirmadas no exercício da intervenção social.
- Num momento seguinte, passou igualmente a ter como horizonte a necessidade de se reinventar face a uma tríade formada pela i. mudança de paradigma societário; ii. competitividade instalada entre profissões sociais; iii. a necessidade de criar conhecimento para defender o seu espaço no exercício profissional da intervenção social.

Assim, realizando uma simbiose entre relegitimação e reinvenção, a recontextualização do serviço social na sociedade contemporânea assumiu uma nova importância, em face do seguinte:

- Dinâmicas de transformação social, económica, política e cultural.
- Crescimento do conhecimento e redimensionamento da propriedade científica.
- Recategorização dos problemas sociais em problemas de perigo e de risco.
- Distinção entre competências e desempenho que dificulta a distinção dos elementos constitutivos do serviço social.
- Dificuldade sentida em articular ‘modo de fazer’ com ‘modo de ver’ e ‘modo de conhecer’.

O serviço social, perante um cenário que o vulnerabilizava do ponto de vista profissional, tomou como prioridade não a defesa, mas a reconstrução da sua identidade. Este processo, iniciado na década de 1960, na América Latina (Parra 2001), por força da influência de movimentos sociais de crítica política em relação ao capitalismo, centrou-se mais na recomposição ideológica do exercício profissional do que na recomposição da sua relação com as Ciências Sociais e Humanas. Este investi-

mento na sua recomposição ideológica se, por um lado, secundarizou a sistematização da sua experiência profissional, por outro, deu forma à necessidade de dar maior sustentabilidade ao exercício profissional. Esta sustentabilidade passava por uma maior aproximação ao conhecimento produzido pelas ciências sociais e humanas e sua utilização. Isto reforçou, assim, a ancoragem do serviço social no conhecimento produzido noutras áreas de conhecimento, sem tomar consciência do potencial da sua experiência para produzir conhecimento na sua própria área. Consequentemente, o serviço social não capitalizou as suas mais valias em termos de capacidade em validar teoria com base na prática, pela simples razão de conceber a propriedade intelectual num registo de narcisismo da diferença.

A relativização da produção de conhecimento por parte do serviço social dilui-se face à dimensão eclética que passou a estar presente no processo aproximativo entre teoria e prática. Assim se explica o facto de o serviço social, no quadro do seu processo de relegitimação profissional no contexto da sociedade pós-industrial, ter passado a refletir sobre a redefinição do seu território profissional, tendo como referência a desconstrução do pensamento sobre:

- A sua identidade profissional.
- A especificidade do seu exercício profissional como meio de se distinguir das restantes profissões sociais.
- A recuperação do seu património intelectual.
- A valorização da investigação-ação e da investigação participativa.
- A produção de conhecimento de característica autóctones.

Determinantes de Ordem Exógena

Estes determinantes estas estão diretamente relacionados com:

- O efeito de pluralização do exercício da intervenção social sobre o serviço social, criando a necessidade não só de se recontextualizar enquanto profissão social, no espaço entretanto ocupado por diferentes profissões sociais, mas também de reinventar o seu agir para se diferenciar do agir das outras profissões.
- A influência produzida pela evolução do conhecimento e da sua transversalidade, gerando, desta forma, qualificação no desempenho profissional dos assistentes sociais.

- A recriação das políticas de intervenção social não só no âmbito da sua produção, como da sua natureza.
- Os limites criados pelas políticas institucionais, relativamente ao exercício profissional do serviço social.

A interferência destes fatores sobre o desenvolvimento do serviço social refletiu-se, concretamente, numa primeira instância, na transmutação do cariz polivalente e generalista atribuído à atividade dos profissionais do serviço social e a forma exponenciada de como o serviço social passou a ser definido como profissão de síntese. A configuração como profissão polivalente e de síntese resulta, fundamentalmente, do facto de as restantes profissões sociais se terem confrontado com a necessidade de se legitimarem não na base do confronto, mas sim da desvalorização da tradição do serviço social. Assim, o facto de os interesses individuais das novas profissões sociais se sobreporem a uma ética social fez com que, estrategicamente, expropriassem as mais valias do serviço social na área da intervenção social, em consequência da falta de produção de conhecimento no campo do Serviço Social, ou a não existência de uma propriedade científica que lhe atribuísse especificidade.

Contudo, como o Serviço Social sempre se fez reconhecer pela capacidade de agir face às circunstâncias existentes, e dado o facto de dominar conhecimentos em áreas diversificadas (Direito, Sociologia, Psicologia, etc.), fez com que mantivesse pertinência profissional no campo da intervenção social. Esta pertinência saiu reforçada face aos hiatos que, no quadro do exercício da intervenção, foram gerados pela compartimentação dos saberes profissionais e por alguma dificuldade apresentadas pelas emergentes profissões sociais, no âmbito da construção de um relacionamento compreendido por quem deveria usufruir dessa intervenção. Esta mesma polivalência está igualmente relacionada, no quadro das políticas de intervenção social, com a essencialidade da ajuda. Isto é, se era necessário intervir socialmente, era porque existiam fatores de vulnerabilidade que poderiam exercer o seu efeito sobre a reprodução de uma política de coesão social. Nesta medida, a intervenção deveria ser consubstanciada em processos de ajuda aos indivíduos, grupos ou comunidades que estavam na origem da agudização da vulnerabilidade social. Neste contexto, a conceção de ajuda como fator de regulação do equilíbrio do desequilíbrio social não se tornou nem despropositada, nem tão pouco híbrida.

Dá que, quando as políticas de intervenção social se consubstanciavam em respostas aos problemas, por via de processos de ajuda indivi-

dual, o Serviço Social, conduzido através de organizações governamentais ou não governamentais ou mesmo particulares, tornou-se elemento chave para a eficácia desta política, uma vez que tradicionalmente lhe estavam reconhecidas competências no exercício da ajuda fundamentada. Mas não adquiriu espaço, no âmbito das ajudas humanitárias tradicionalmente entregues ao voluntariado social, nem se afirmou, de modo consistente, no campo das políticas de desenvolvimento social e do desenvolvimento sustentado.

Paradoxalmente, vai ser a capacidade do Serviço Social em exercer a síntese dos conhecimentos adquiridos ao nível da sua formação que, quando aplicados por via das práticas profissionais, se tornará na sua marca de diferença relativamente às restantes profissões sociais quando a sua atividade profissional, ou parte dela, se desenrola em contexto de equipe multidisciplinar. Por outro lado, a transversalidade do conhecimento do Serviço Social permitiu fazer a diferença relativamente a profissionais de outras áreas que investiram numa setorização do conhecimento. Ainda por outro lado, o Serviço Social conseguiu demonstrar que, no exercício da intervenção social, se deve ter como referência não só a necessidade de dominar o conhecimento, mas também de o saber aplicar, tendo em linha de conta o universo a que se dirige a intervenção, isto é, se são pessoas, se são problemas, ou se é o desenvolvimento social e humano.

Neste contexto, pode-se ainda considerar a cultura das instituições empregadoras dos (as) assistentes sociais como fator exógeno que interferiu e interfere sobre o desenvolvimento do Serviço Social (Fabre 2005). Públicas, privadas ou de utilidade pública, as instituições a partir de onde os/as assistentes sociais desenvolvem a sua atividade profissional refletem a forma de pensar a intervenção social, bem como as políticas de intervenção. Esta forma de pensar a intervenção e, por inerência, o exercício profissional dos/das assistentes sociais tanto pode criar limites, como potencialidades à sua atividade. Tratam-se de limites, quando a visão criada relativamente ao Serviço Social está subordinada à construção pelas hierarquias das suas competências, ou quando as estratégias institucionais não estão em sintonia com os interesses efetivos da população que serve. Tratam-se de potencialidades, quando se reconhece aos (às) assistentes sociais uma autonomia de ação que não deixa de estar condicionada aos interesses da instituição, criando responsabilidades sobre a qualidade das suas respostas para o interior e exterior da instituição.

De igual modo, trata-se, igualmente, de compreender os fenómenos

de acoplamento entre profissões sociais onde se privilegia o desempenho em desfavor das competências. Ao serem definidos os desempenhos com base em objetivos, abriu-se espaço para a construção de uma possível interatividade entre profissões que partilham conhecimento e experiências. O investimento no trabalho entre pares e em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar se, efetivamente, favoreceu um processo de aprendizagem entre pares, indiretamente projetou o exercício participativo na construção de conhecimento e de sistematização da experiência, sem esquecer os dividendos que daí podem resultar, no que respeita à valorização individual de cada profissão. Todavia, este processo criou, simultaneamente, as condições para que as instituições interferissem na organização do processo de trabalho destes profissionais. Esta atitude institucional, condicionando, por um lado, os profissionais a priorizarem a prossecução dos objetivos da intervenção definidos por agentes por vezes pouco conhecedores da matéria, implica, por outro lado, os profissionais na execução de respostas e não na sua conceção.

Em termos de impacto dos fatores exógenos no desenvolvimento do Serviço Social, este pode ser traduzido, de forma positiva, se considerarmos que abriu espaço para:

- Evitar a acomodação no exercício profissional, podendo, deste modo, responder ao desafio criado pela concorrência instalada entre diferentes profissões sociais.
- Criar a necessidade de os (as) assistentes sociais se constituírem em elementos basilares do Serviço Social e, assim, defenderem o seu território profissional.

Além disso, os fatores exógenos determinaram a necessidade de reconfigurar e recriar a substância em que se devem sustentar as práticas profissionais do Serviço Social, tendo como referencia a sua contextualização, perante o seguinte:

- O modelo social onde se integra o seu exercício profissional.
- O papel do Estado no que se refere à gestão das desequilíbrios, no quadro da instabilidade ou estabilidade instalada e, de igual modo, da cultura de intervenção onde se movimenta.
- O paradigma de intervenção que deve pautar o exercício profissional, isto é, os paradigmas controlador, regulador e inclusor.

RECREIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Considerando a recriação um processo que traduz uma dinâmica de transformação da realidade construída, esta pode ser conduzida por duas vias:

- A rutura com o passado.
- A destradicionalização do passado.

Enquanto a rutura implica rejeição ao passado e um corte com a memória, a destradicionalização sustenta-se na sujeição desse mesmo passado a uma nova lógica de interpretação que passa pela sua recontextualização, no presente, para se posicionar em função do futuro.

No caso específico do Serviço Social, a rutura com o passado foi simplesmente ilusória, se nos situarmos no seu período de reconceptualização, desencadeado, como vimos, por movimentos políticos internos ao Serviço Social a partir da América Latina da década de 1960. Esta pretensa dinâmica de rutura com o passado, para além de estar centrada no aspeto político do Serviço Social, particularizou-se por não se ter imposto como movimento coletivo do Serviço Social. Efetivamente, com este movimento não surgiu um novo serviço social; emergiu sim uma corrente no Serviço Social que pretendia uma inversão na lógica de condução do exercício profissional, devendo este passar a ser conduzido numa perspetiva down-up e não up-down. Esta corrente de pensamento político-ideológico ficou circunscrita maioritariamente aos países pobres sujeitos a processos intensivos de politização.

Em termos genéricos, a recriação do Serviço Social como meio para conduzir e sustentar a sua Modernização serviu-se da destradicionalização conduzida subtilmente pelo Serviço Social dos países mais ricos e que se consubstanciava nos seguintes fatores:

- Vontade da profissão em preservar a sua individualidade.
- Resistência às pressões externas, muitas vezes conduzidas por outras profissões sociais, para alterar o seu significado profissional e diluindo as suas competências profissionais.
- Compromisso estabelecido com o presente, reforçando a capacidade de fazer frente aos novos desafios, decorrentes do reconhecimento de que a sociedade da incerteza gera novos riscos sociais e agrava os já existentes.

Dá ser notória a preocupação em articular a imagem patrimonialista, que advém do facto de se tratar de uma profissão centenária, com a imagem de modernização que vai produzindo ao investir nestes aspectos:

- Aprofundamento da relação entre teoria e prática.
- Prática investigativa e reflexiva.
- Divisão entre metodologias clássicas de Serviço Social e novas metodologias de intervenção, integrando a metodologia participada que, para inovar, serve-se, nomeadamente, da utilização do fotovoice, teatro participativo, arte participativa, ou do desporto participativo.
- Intervenção comunitária, como meio de criar a necessária sustentabilidade para o exercício da intervenção.
- Neste sentido, assumindo como pressuposto que uma das vias da modernização do Serviço Social foi a destradicionalização, importa referir que a mesma se processou de duas formas:
- Forma espontânea, quando se suportou numa vontade não identificada de descontextualizar o passado para o recontextualizar no presente, tal como aconteceu com as práticas assistenciais conduzidas por via da ação social.
- Forma planeada, quando, calculadamente, não se submeteu aos interesses dos pares e definiu a sua estratégia ou estratégias de relegitimação profissional, enfatizando a sua reafirmação profissional no campo da advocacia social, mediação, aconselhamento e coaching social.

Mas se a não submissão ao comportamento dos pares, por um lado, contraditoriamente reforçou os paradigmas de intervenção profissional assistencial, providencial e emancipatório, por outro, conduziu paradoxalmente a um exercício desalinhado dos mesmos. Isto decorre do facto de estes paradigmas terem sido postos em prática, consoante as expectativas criadas pelos recetores da intervenção e a forma política de pensar os padrões de vida. Deste modo, torna-se compreensível que a desconstrução do paradigma providencial e do paradigma emancipatório se ter processado em simultâneo na recuperação do campo assistencial e na definição de novas competências; não tanto na área da gestão desigualdades, mas sim da intervenção ao nível das emoções, cidadania ativa e resiliência social.

Relativamente à transformação operada no conceito de intervenção, tem implícita a sua sustentação num processo de interação que, po-

dendo ser conduzida tanto por via institucional, como não institucional, tem como objetivo concreto atuar ao nível das realidades sociais e humanas que degradam os quotidianos sociais e que contribuem, de forma inequívoca, para a legitimação do exercício da mudança.

No entanto, o Serviço Social, ao mesmo tempo que, no contexto da sua modernização por via da recriação, ativou o interesse em investir numa simbiose entre conhecimento e experiência, gerou uma reconfiguração de diferentes competências profissionais:

- Competências tradicionais, de características genéticas que se consubstanciam no contexto da intervenção assistencial.
- Competências adquiridas por desenvolvimento ou aquisição de conhecimentos setoriais que derivam do seu paradigma de intervenção providencial, e pelo processo da sua funcionalização.
- Competências construídas inerentemente, tanto ao nível do processo de partilha com outros profissionais do exercício da intervenção, como no fenómeno de homogeneização de desempenhos profissionais, no que diz respeito à intervenção social.
- Competência em construção, por consequência dos processos de inovação no exercício profissional relacionado com a intervenção em contexto de rua.

Consequentemente, desenhou-se uma nova pauta cultural no exercício profissional do Serviço Social que está interligada com a desconstrução e reconstrução da conceção de problema social e sua divisão entre perigo e risco, bem como com o perfil da sua atuação profissional, assumindo formatos diferenciados consoante exerce funções de profissional de terreno, de direção técnica de instituições, de prestação de serviços na área da consultoria social, ou no âmbito das empresas sociais.

A transformação no exercício da intervenção profissional criou uma distinção entre Exercício Profissional Convencional e Exercício Profissional Não-Convencional. No Exercício Profissional Convencional, integram-se não só as práticas convencionais tradicionais, mas também as práticas convencionais destradicionalizadas. As práticas tradicionais caracterizam-se por estes fatores:

- Regulação dos padrões de vida da população em situação de desvantagem social.
- Atuação em relação às classes sem poder.
- Utilização de metodologias recriadas a partir das metodologias desenvolvidas pelas profissões médicas e psi.

- O uso do exercício profissional para transfigurar a intervenção política.

Por outro lado, as práticas convencionais destradicionalizadas diferenciam-se das práticas tradicionais por relação ao seguinte:

- Constituírem o eixo profissional da execução das políticas de intervenção sobre a desigualdade.
- Apoiarem-se no exercício público da regulação dos problemas sociais.
- Investirem na sua funcionalização, o que também retira a 'marca de água' da sua identidade.

Além disso, o Exercício Profissional não Convencional é sustentado nos seguintes eixos:

- Utilização das novas metodologias de intervenção (fotovoice, community art, etc.).
- Investimento na participação social como meio de, por assim dizer, democratizar a democracia.
- Inovação dos processos de trabalho, deslocalizando-os do gabinete para o terreno.
- Proximidade como meio de criar sustentabilidade à ação.
- Diferenciação entre o exercício da intervenção de cariz terapêutico, a intervenção pedagógica e a intervenção sustentável.
- Descentração da atenção dos profissionais do problema social em si próprio para a intervenção sobre contextos, projetos de vida e qualidade de vida.
- Utilização de modelos de intervenção desenvolvidos e focalizados em teorias, ou desenvolvidos de forma concertada, dando origem ao modelo polissémico.
- Compromisso com a defesa dos Direitos Humanos.

COMO SE REVELA A MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A modernização do Serviço Social revela-se mediante a alteração que desenvolveu num panorama alargado:

- Relação com os problemas sociais.
- Mudança que operou nas características da ação profissional, tor-

nando-a mais centrada na realidade objetiva e subjetiva e, de igual modo, dando importância à inteligência emocional e inteligência social.

- Reorganização das suas competências, ao nível da intervenção no terreno, no âmbito da gestão dos recursos humanos e sociais e no ativismo social.
- Defesa de uma autonomia regrada, face às outras profissões sociais e ao conhecimento produzido pelas restantes Ciências Sociais e Humanas.
- Renovação da sua imagem profissional, articulando a prestação de ajuda social com a construção do empowerment.
- Recriação da sua representação profissional no campo da intervenção social, distanciando-se o ou a Assistente Social da imagem de profissional generalista com atributos no campo assistência.
- Reformulação ideológica, tanto do seu discurso profissional, tornando o Serviço Social menos normativo e atrofante, do ponto de vista emocional, como no quadro do posicionamento, perante as questões das desigualdades e da indiferença.

Por outro lado, a modernização do Serviço Social tem como desafios:

- A globalização, obrigando a profissão a dimensionar a sua prática numa perspectiva de intervenção 'micro', tendo como universo as pessoas e as situações concretas.
- A produção de conhecimento autóctone, tornando possível defender a autonomia condicionada do Serviço Social, no conjunto das Ciências Sociais e Humanas. Trata-se de autonomia condicionada, na medida em que o seu sistema de vasos comunicantes com o conhecimento será sempre essencial para conhecer a realidade sobre a qual vai intervir. Nomeadamente, difícil será intervir no campo da deficiência ou da toxicodependência sem existir conhecimento sobre a problemática em si mesma.
- Reconstrução do espaço profissional no quadro da competitividade, reunindo o seu património com a sua visão de futuro, ao nível de uma intervenção social comprometida com o futuro.

Mais especificamente, os desafios da modernização do Serviço Social, no que respeita à reinvenção do exercício profissional no contexto gerado pela globalização, tem em linha de conta:

- A transformação do conceito de proximidade.
- O fenômeno de mobilidade.
- A importância reconhecida à participação na construção da cidadania ativa e da cidadania global.
- A reconfiguração das desigualdades e a construção de uma opinião pública mundial.

De igual modo, os desafios da modernização do Serviço Social Mas têm também em linha de conta as consequências da globalização, ao nível do agravamento das desigualdades e das incertezas, e ainda a emergência de visões alternativas de desenvolvimento ambiental e social sustentáveis, bem como a redução das políticas de sustentabilidade financeira das instituições, por via de apoios governamentais. Deste contexto, decorrerá, na opinião de Aquin (2002), uma explosão da intervenção sobre o social, por efeito dos seguintes fatores:

- A fratura entre o social e o político.
- O estreitamento verificado no espaço público estatal.
- A inevitável privatização da gestão do social.

Nesta medida, a intervenção na Gestão do Social, como defesa do bem-comum, cria a tendência para o reforço das identidades de realidades concretas, minimizando os efeitos da divisão entre os que beneficiam e os que não conseguem usufruir benefícios da vulnerabilização dos modos e estilos de vida.

Para o Serviço Social, a sua modernização no contexto de globalização deve passar pela afirmação do Serviço Social como interface e como tradutor de um exercício constante de transformação, devendo a sua intervenção incidir sobre as consequências da instabilidade laboral, social e emocional. Por isso, na sua atuação profissional, o saber interpretar o mundo em que vive e, de igual modo, definir um pensamento estratégico necessariamente presente nas suas preocupações profissionais são novos pressupostos da modernização e capacidade do Serviço Social em administrar a mudança e resolver a resistência à mudança. No quadro da sociedade contemporânea, o Serviço Social precisa, por isso mesmo, pôr em prática uma interpretação teórica da realidade, para poder qualificar a prática profissional e tornar adequado o seu equilíbrio entre, por um lado, a defesa da sua identidade e, por outro, a integração no processo de trabalho em equipe multidisciplinar, em parcerias e em rede.

Em síntese, a modernização do Serviço Social amplia o interesse em defender o seu domínio, sem perder as vantagens da influência das Ciências Sociais, relativamente à sustentabilidade do seu exercício profissional e sem reproduzir as desvantagens de correr o risco de a sua face se tornar híbrida e inexpressiva. Daí que, mantendo a sua estratégia de afirmação, a prática de intervenção, por parte do Serviço Social, na transição do paradigma societário, passa a se particularizar nestes contextos:

- Reinventar o seu universo simbólico de pesquisa, planeamento e ação.
- Tornar possível o saber fazer com conhecimento.
- Tornar o conhecimento a base da capacidade de articulação entre problemas da sociedade e problemas individuais.
- Criar, por via do cruzamento de saberes, a heterogeneização dos processos de intervenção e a homogeneização dos interesses particulares do Serviço Social.

No quotidiano do exercício profissional, a modernização da ação define-se pela arquitetura ideológica desenvolvida para articular individualização com territorialização. Desta forma, o Serviço Social particulariza-se como profissão comprometida com a mudança, utilizando o compromisso como estratégia de redução da tensão entre as políticas pensadas e a realidade compreendida. De igual modo, o exercício do Serviço Social defende o desenvolvimento como meio de promover a igualdade; apoia-se na individualização para desmassificar o exercício da intervenção; agiliza a participação e a responsabilização; age sobre quotidianos e realidades concretas; desenvolve-se por via da interação construída entre diferentes atores no cenário da intervenção social; e afirma-se como negociador de circuitos de informação e de ajuda, assim como investigador de si mesmo.

REFERÊNCIAS

- Aquin, N.
2002 'Derechos Humanos y inclusión. Una Mirada desde el Trabajo Social'. In *Trabajo Social y Mundialización: Etiquetar desechables o promover inclusión*. Editado por S. Severin. Espacio Argentina. pag.78-89.
- Aristu, J. H.
2004 *Trabajo Social en la Postmodernidade*. Libros Certeza Zaragoza.
- Fabre, Myriam Lagraula
2005 *La Violence Institutionnelle: Une Violence Commise sur des Personnes Vulnérables par des Personnes Ayant Autorité*. Paris: L'Harmattan.
- Howe, David
2009 *A Brief Introduction to Social Work Theory*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Lash. S.
2000 'A Reflexividade e os Seus Duplos: Estrutura, Estética, Comunidade'. In *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Editado por Ulrich Beck e Anthony Giddens. Lisboa: Celta Lisboa. pp.105-64.
- Mouro, Helena
2009 *Modernização do Serviço Social: Da Sociedade Industrial à Sociedade do Risco*. Coimbra: Almedina.
- Parra, Gustavo
2001 *Antimodernidad y Tarabajo Social: Origenes y Expansión del Trabajo Social Argentino*. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- Santos, Maria Isabel Rodrigues
2009 *O Discurso Histórico sobre o Serviço Social em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Um Olhar Sociológico Sobre a Modernização do Serviço Social

A Sociological Eye Over the Modernisation of Social Work

Sumário

Summary

Repensar o Serviço Social na sociedade contemporânea implica refletir sobre a recontextualização do seu universo simbólico e, de igual modo, sobre a recriação da sua imagem tradicional e constructo de intervenção profissional. Esta análise é baseada numa perspectiva historicizante para compreender o processo de relegitimação, destraditionalização e modernização do paradigma do Serviço Social.

Palavras chave: Serviço social, modernização, destraditionalização, intervenção profissional.

Rethinking Social Work in contemporary society implies to reflect on the recontextualization of its symbolic universe, and as well as on the re-creation of its traditional image and construct of professional intervention. This analysis is based on a historicizing perspective to understand the process of relegitimation, detraditionalization and modernisation of the Social Work paradigm.

Keywords: Social Work, modernisation, detraditionalization, professional intervention.